



REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Formosa 242-2.º—PORTO

REDACTOR PRINCIPAL—Antonio Alves Pereira

Condições d'Assinatura (Pagamento adiantado)
Um mez 405 (50 reis)
Semestre 830 (300 reis)
Um ano 1490 (500 reis)
Para fora do país acresce o importe do selo.
Numero avulso 301 (10 reis)

Comp. e Imp. na Tipografia Peninsular
Rua dos Mercadores, 171—PORTO

Propriedade do Grupo (Aurora Social)

EDITOR—Mactel Barbosa

Os soldados á força

Um dos argumentos que Grave emprega com maior frequência, na série de considerações que vimos examinando, é que os revolucionários, não tendo podido provocar a insurreição contra a guerra, foram violentamente constringidos a incorporar-se nas fileiras, não havendo para a grande maioria possibilidade de deserção.

Mas verdadeiramente, repetimos, esse caso está fora de discussão. Marchar sob a ameaça de fuzillamento não é aceitar a guerra, nem atribuir-lhe fins uteis, nem tomar o exército como útil instrumento.

Em tempos normais, os anarquistas discutiram amplitude o problema da deserção ou da obediência forçada á servidão militar, predominando a ideia de se deixar isso ao critério de cada individuo; cada um procederia, em cada caso particular, segundo as circunstâncias especiais do momento e do lugar, segundo o sentimento das suas próprias forças, apdições e responsabilidades.

Mas entendia-se que, deixando-se aistar, o anarquista o fazia coagido, não reconhecendo o Estado, nem a utilidade do exército como tal, nem a legitimidade da sua função normal—guerra e repressão, antes prometendo a si mesmo trabalhar para a sua desagregação e para levar os soldados a recusarem desempenhar nas greves e nas guerras, a sua missão estatal, ou a servirem-se das suas armas contra os opressores e exploradores que á força lhes meteram nas mãos para os seus fins de dominio e de exploração.

É certo que há uma grande diferença entre os dois casos: em tempo de paz, o soldado á força pode levar a intenção de impedir precisamente que o exército satisfaça os seus fins; em tempo de guerra, são justamente esses fins que vão ser praticados.

Entretanto, há sempre a coacção violenta, e nesse caso os actos individuais estão fora de discussão. Os heróismos podem ser um grande bem, mas não há o direito de os exigir a quem quer que seja.

Demais, obedecendo embora á imposição odiosa, o revolucionário que tal se mantém ira animado da esperança de promover a revolta, de fomentar e aproveitar o descontentamento, de contribuir enfim para aquele movimento libertador, que podia ter impedido a guerra, mas que mais vale vir tarde do que nunca.

Mais feliz do que nós, um camarada do *Germinál*, pôde ler num artigo de Grave, publicado na *Bataille* de 5 de Abril e chegado ás nossas mãos todo cortado de claros pela Censura, a seguinte frase: «O que é preciso fazer compreender ao povo... é que ele deve aproveitar-se de estar com as armas na mão para se fazer ouvir por sua vez».

Perfeitamente de acôrdo. Nunca dissemos o contrário e nunca supusemos que Grave pensasse outra coisa.

Unicamente, como dissemos em 21 de Março, artigo «Maneiras de proceder» —para que essa força material possa ser empregada em favor dos nossos fins, é preciso que o soldado o seja, e precisa que combata a utilidade da guerra, do militarismo e do Estado. É preciso que ele não es-

teja lá dentro como os socialistas democráticos dentro dos parlamentos e corporações administrativas, organismos de autoridade, para os applicarem tais quais, na sua função normal; é preciso que ele seja a vítima, o corpo estranho, o elemento dissolvente. Foi o que, em resposta á sua teoria democrática sobre a «conquista do exército», disseram a Hervé todos os anarquistas, inclusivamente nós (*Aurora* de 3 de Novembro de 1912) e Jean Grave (*Temps Nouveaux*, 7 de Junho de 1914).

A acitação da guerra sob a acção do terrorismo governamental, com um ranger de dentes ante a imposição infame, não deve entrar na discussão relativa á presente guerra. Quem emprega semelhante argumento exclui logicamente a ideia duma cooperação voluntária na defesa do solo ou da democracia, nega implicitamente a legitimidade ou utilidade da guerra. Caminhar para o matadouro á força, sob o látego do amo, é o contrário de dar á chacina internacional uma justificação qualquer, não é de modo algum proclamar que ela é de alguma maneira uma luta entre a liberdade e o imperialismo.

Permanecemos Revolucionários

Começemos por uma declaração bem categórica: Nós não somos neutralistas, nem pacifistas, mantemo-nos revolucionários.

Igualmente inimigos declarados do tsar e de Guilherme, dos aventureiros que governam em França e na Turquia, dos regimes clericais da Bélgica e da Austria, assim como do imperialismo inglês e do assassino da Sérvia, não queremos confundir uma mudança de opressão com uma verdadeira libertação. É evidente que para nós, os anarquistas, a palavra «neutralidade» não tem sentido em face de qualquer Estado, pois que buscamos destruí-lo. A uma hegemonia estatal não queremos substituir outra, mas combatemo-las todas: eis a verdade. O facto de sermos poucos e não podermos ainda começar nos varios países movimentos insurreccionais não é a razão sufficiente para nos fazer mudar de opinião. No tempo da omnipotência da Santa Inquisição, não era menor mérito para um livre pensador conservar-se tal, embora na realidade nada pudessemos contra a cegueira das massas. É este, desgraçadamente, o momento da omnipotência estatal, mas os seus resultados poderiam ser de modo a produzir desilusões terríveis; e então, se não ivermos descurado a nossa propaganda e preparação para nos deixarmos transviar e desviar de todas as formas pelos nossos inimigos, poderá soar a nossa hora.

Não somos tampouco pacifistas. Uma paz concluída entre Estados e não entre povos só pode consagrar as piores violências, rapinas e iniquidades, e ser causa de outras guerras á mais ou menos curto prazo. Habitados a não pedir intervenção governamental alguma, a não preconizar senão a acção directa popular, não apelamos para os governos neutros nem para os governos em guerra a fim que conciliam a paz. Esta, para nós, só tem valor se resulta dum movimento insurreccional antiestatal. Não concebemos, como os socialis-

tas, uma acção feita com o concurso das autoridades; para nós, ela tem que ser necessariamente conduzida contra as autoridades.

Isto, em resposta áqueles criticos fáceis que repetem: «Mas vós também sois intervencionistas, faltais também á fidelidade aos principios, pois que invocais uma intervenção estatal em favor da paz!»

Ora, nós que consideramos todos os governos inimigos nossos, nenhuma confiança temos na acção deles. Em qualquer sentido que ela se desenvolva, sabemos que nos será contrária. Para nós a organização estatal não é uma coisa a modificar apenas, mas a destruir de alto a baixo, e por isso nunca nos lembraremos de lhe pedir seja o que for.

Nem neutralistas, nem pacifistas, portanto, mas revolucionários que tais se mantem, mesmo se a prática revolucionária embate, como aliás previramos, em dificuldades mais graves do que nunca, dada precisamente a guerra.

A guerra, a neutralidade ou a paz dos governos são três coisas igualmente odiosas.

A guerra, por jamais ser feita para um fim de liberdade, mas de dominio e exploração. A neutralidade, porque, ou é mentirosa, tendendo apenas a dar tempo de preparar a guerra e ver de que lado estão as maiores vantagens e as maiores forças; ou é sincera, e tem unicamente em vista gozar os frutos do mal de todos. A paz, porque é sempre concluída, não conformemente á justiça, mas totalmente em prejuizo dos povos cujos governos ficaram derrotados. Ai dos vencidos!

Nenhuma das três tem sentido ou valor para nós, por estar fora dos meios a que podemos recorrer, para não trabalhar contrariamente aos nossos fins. Devemos tomar parte numa revolução, ainda que não seja o nosso fim alvejado por uma parte de revolucionários, pois ela representa sempre um golpe dado no entrosamento estatal, uma renovação da tradição insurreccional, um enfraquecimento do principio de autoridade. Mas a guerra, pelo contrário, obtém sempre efeitos diametralmente opostos. Faz-nos aceitar a tirania dos senhores, mais do que nunca agravada; suprime a nossa acção de indisciplinados, de rebeldes; reforça o prestigio do poder politico.

Em que pese a todos os nossos criticos, não somos portanto nem pacifistas nem neutralistas ou intervencionistas, mas permanecemos agora e sempre revolucionários.

Luís BERTONI.

SINDICALISTA REVOLUCIONARIO?!

Fazendo o relato da manifestação de domingo passado ao actual governo, a *Republica* anuncia com um visioso subtítulo a seguinte sensacional passagem:

A certa altura um operário ainda novo avança para o chefe do governo, dizendo-lhe:

—Um sindicalista revolucionário aperta a mão do general Pimenta de Castro!

A manifestação atingiu o seu auge, tocou as raízes do delirio.

Está bem o ódio ao afonsismo e á formiga branca, mas quando não faz perder a cabeça e a justa noção das coisas...

Mas, afinal, aquilo não tem importância; os sindicalistas revolucionarios apresentam as armas de S. Francisco a esse curioso sindicalismo... governamental.

O que é preciso fazer-se

Estalada a revolução na Europa, justificados impavidamente todos aquêles que conduziram a humanidade para a sangrenta guerra que se desfez, qual deve depois ser a atitude do povo em revolta? Certamente que não deve aglomerar-se junto dos ministros, a aplaudir com frenesi novos ídolos e a reclamar a convocação imediata dos colégios eleitorais para umas novas Constituintes e, por consequência, para chocar novos tiranetes, embora se apresentem fardados de uma nova facção democrática.

Os erros dos nossos antepassados em delegar a sua autoridade na mão do primeiro poltrão que apparecia a intrujar-los, têm de ser afastados. As lições da experiencia têm de ser bem interpretadas, e toda a cautela é pouca para nos resguardarmos dos miasmas da podridão capitalista.

O primeiro cuidado dos revolucionários deve inclinar-se para os que precisam de pão. Sabido como está que por toda a parte ha colossais armazens abarrotados de géneros de primeira necessidade, embora se esforcem por nos fazer crer que ha escassaz, esses depósitos devem ser abertos ao publico e distribuidos todos os géneros monopolizados, da mesma maneira que se distribuia, durante a revolução, toda a espécie de armamento que ia aparecendo.

A seguir, uma visita solene aos depósitos de calçado e aos armazens de fazendas. Depois de alimentados os que precisam, a revolução tem de calçar os descalços e vestir os nus, e veremos depois em que fica a superprodução annunciada pelos nossos falsos economistas.

Os palácios, as igrejas, as casas parlamentares, as antigas repartições do Estado abolido, na mão da revolução, devem ser apropriados para habitações dos que, até á data do movimento revolucionário, não tinham onde abrigar-se das geadas nem onde repousar o seu corpo combatido; e uma vez instalada toda a população, o restante deve ser destinado ao que se julgar conveniente, talvez a novas oficinas, talvez a novas fábricas, talvez a hospitais para cuidar dos maltratados do regime extinto.

Queimados os códigos, rasgados os registros, dissolvidas as instituições prejudiciais á liberdade dos povos, terminada a sociedade do rico e do pobre, de luxo e da miséria, da caridade e do mendigo, para desaparecer a esmola-roubo e surgir o trabalho livre, aos produtores competente regular a produção. Fechem-se os grupos de varios officios, de diversas localidades, de diferentes regiões e nacionalidades. Indaguem-se quais são as necessidades a satisfazer. São necessarias 2, 3, 4 ou 5 horas de trabalho? Bem, trabalhe-se 2, 3, 4 ou 5 horas em coisas indispensaveis. Fabriquem-se ferramentas de trabalho, teça-se o linho e o algodão, façam-se botas e sapatos, chapéus e roupas.

Estabelecidas as relações com os camponeses, exêrça-se a livre troca. O que precisam elles? utensilios e vestuários. Mandem-se os utensilios e vestuários depois de ficarmos com o necessário. Que precisam os da cidade? Os géneros que se cultivam no campo com o esforço e intelligencia do lavrador e que constituem a alimentação quotidiana.

Enviem-se os produtos saídos da terra-mãe.

Terminado o regimen do privi-

légio, dos monopólios, da opressão, do roubo, tudo deve ser de todos. A sciência tem de ser aproveitada em beneficio da colectividade. O vapor e a electricidade devem substituir o esforço humano e o animal. Após a revolução, não se deve consentir que continue como até aqui, o gado bovino ou mular a puxar os carros, apesar de toda a civilização e de tantas invenções. Não se deve permitir que continue o esgarro do trabalho manual quando existe o vapor; que persista a navegação a remos e á vela, quando temos a electricidade. Não se compreende que havendo meios de transporte accionados pelo vapor e electricidade, o trabalhador tenha de percorrer immensas distancias a pé para se dirigir ás suas occupações, quando é certo que é a que contribue com o seu esforço intelectual, material e fisico, para a construção de linhas férreas, de carruagens, para a fundição de ferro, para a extração do carvão que alimenta o maquinismo.

O fruto do progresso nas mãos do trabalhador faz com que este centuple a produção. Os milhares e milhares de quilómetros quadrados que se sulcam pelo arranco animal, deve fender-se pelas máquinas modernas. O maquinismo deve ser colocado ao serviço da humanidade inteira e não aos interesses de meia dúzia de exploradores. Os modernos instrumentos de trabalho e produção devem ser manejados pelos trabalhadores e não monopolizados nos armazens pelos ricos comerciantes.

As fábricas, as oficinas, os caminhos de ferro, as minas e a navegação devem ser libertadas do despotismo patronal e do encarregado. Nas fábricas e nas oficinas o artífice deve trabalhar só o suficiente para a comunidade; os caminhos de ferro, livres e aumentados, devem funcionar regularmente. As minas devem ser melhor tratadas e mais resguardadas do perigo, porque então não ha companhias exploradoras, que não se preocupam com a vida dos seus operários.

A navegação, dirigida intelligentemente pelos marujos, devem transportar, em troca, de regiões distantes, o que lá ha de mais pelo que lhe falta e que abunda em outras partes, e não conduzir, como agora, o que faz falta a uma população inteira, mas que traz lucros fabulosos para determinada seita.

Ah! então sim; então vale a pena viver, vale a pena o sacrificio do povo.

Ha bairros imundos a demolir; ha avenidas a rasgar; ha escolas —repletas do necessário material de ensino inerente a cada sciencia, —a construir, cheias de luz e de ar; ha estradas a abrir; ha comunicações directas a desenvolver; ha doenças a combater, legado triste deixado por uma sociedade de deboche e de crápula, de fome e de fartura, de lupanar e de esbanjamentos, de preguiça e de patifarias.

Todos devem ser professores e discipulos. Depois das horas de produção, o produtor deve dedicar-se ao estudo que melhor lhe agradar: uns á medicina, outros á arte, outros á musica, outros á literatura. O que muitas vezes nos leva ao vicio é não poder frequentar uma escola, é encontrarmos os movimentos tolhidos.

Então, sim; então devem terminar as guerras, e a paz será refulgente e duradora.

Os parlamentos, os ministé-